

SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: uma intervenção crítica, possível e necessária.

Maria Francisca Máximo Dantas¹, Sheyla Suely de Souza Silva²

¹ Universidade Estadual da Paraíba / Departamento de Serviço Social, Rua Tedosio de Oliveira Ledo, n° 132, Apto 03. E-mail: maximomaluquinha@hotmail.com

² Universidade Estadual da Paraíba/ Departamento de Serviço Social, Rua Aprígio Ferreira Leite, 143-A, Catolé, Campina Grande-PB. E-mail: sheylasuelyss@ig.com.br.

Resumo – Este artigo é resultado de uma experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social desenvolvido junto aos alunos adolescentes do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC “José Joffily” da cidade de Campina Grande-PB, realizado no período de agosto de 2006 a junho de 2007. Diante das inúmeras inquietações vivenciadas no campo de Estágio, elaboramos um projeto de intervenção denominado Inform(e)Ação, com o objetivo de ampliar o universo informacional dos alunos das 6ª, 7ª e 8ª séries acerca das temáticas: Meio Ambiente, Drogas, Violência e Sexualidade.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação, Adolescência.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Partindo do pressuposto de que a Educação é um processo dinâmico, histórico, mutável e universal, que varia de sociedade para sociedade, de um grupo social para outro, de acordo com as concepções que cada sociedade e cada grupo tenham do mundo e da vida social, devemos identificar o processo educativo nos diversos lugares cotidianos da vida e do trabalho, que reúnem pessoas e atividades. (BRANDÃO, 1981).

Segundo Almeida (2000), a Política de Educação no Brasil vem sofrendo mudanças significativas nos últimos anos. Atualmente, sua função estratégica, caracteriza-se pelo destaque na esfera econômica e cultural, em decorrência de alguns fatores como a política neoliberal, a incorporação da ciência como força produtiva e a crise de superacumulação, que, juntos, vêm acarretando profundas transformações nas relações de trabalho.

O elevado desenvolvimento científico e tecnológico, associado às transformações na esfera da produção e reprodução do capital e à modalidade de inserção do Brasil no Processo de Globalização, trouxeram consigo a necessidade de uma formação qualificada dos trabalhadores. Nesse sentido, busca-se exageradamente, a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e às variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade (ALMEIDA, 2000).

A invasão do ideário neoliberal na esfera educacional é percebida por meio de ações focalizadas, contrárias à universalização do acesso à educação; através da separação do ensino médio do ensino profissional, que estimula/induz à formação para o trabalho e não a formação na sua totalidade; a presença da ideologia da solidariedade, que se materializa pela ação paralela da sociedade civil em programas assistenciais, obscurecendo muitas vezes, a função do Estado de gerir as políticas públicas. Tais reformas educacionais, no entanto, comprometem a perspectiva da Educação como política emancipatória, restringindo-a ao seu aspecto mais utilitarista que é o adestramento para o mercado de trabalho.

Face às dificuldades impostas pelo contexto de ajuste neoliberal à política da educação no geral e à educação municipal em particular, elaboramos uma proposta interventiva na tentativa de contribuir para ampliação do acesso à informação dos alunos do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC “José Joffily”, sobre as temáticas Meio Ambiente, Drogas, Violência e Sexualidade, buscando contribuir, ainda que minimamente, para a formação de cidadãos conscientes, capazes de questionar e mudar a realidade da sociedade na qual vivemos.

Materiais e Métodos

Partilhando da idéia de MINAYO (1996, p. 22), a qual afirma que a metodologia “inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade”, procuramos desenvolver atividades

sócio-educativas baseadas na realidade social, econômica e cultural dos adolescentes que fariam parte do grupo de discussão.

Com a finalidade de alcançar nossos objetivos propostos, realizamos anteriormente e paralelamente à execução do projeto, a revisão bibliográfica e observação do campo de atuação. Aplicamos um formulário para conhecer o perfil dos alunos, a forma com que eles gostariam de receber orientações, a disponibilidade de tempo para a formação de um grupo de discussões e principalmente para saber quais as temáticas que eles gostariam de receber informações. Utilizamos uma amostra de 30% dos alunos, em um universo de 185 alunos das 6^o, 7^o e 8^o séries.

Após traçarmos o perfil desses alunos, formamos um grupo com os adolescentes para discutirmos as temáticas eleitas por eles. Os encontros eram realizados duas vezes por semana, contendo palestras, gincanas, oficinas, peças teatrais, além de exposições de álbuns seriados e exibição de filmes e músicas. Após cada encontro, desenvolvíamos uma dinâmica de avaliação e elaborávamos um relatório, com subsídios à avaliação, análise e planejamento das próximas atividades e do Projeto como um todo.

Na temática Meio Ambiente, foram desenvolvidas, dentre outras atividades, uma oficina de reciclagem de papel e a exibição de filmes ligados ao desenvolvimento sustentável, à problemática do lixo e à reciclagem. A temática Drogas, foi abordada através de filmes, músicas, gincanas, peças e dinâmicas. Já Sexualidade, foi discutida a partir de oficinas (de gênero), álbuns seriados (sobre DST's) e palestras (sobre a prevenção da AIDS e da gravidez precoce e/ou indesejada); enquanto a temática Violência, foi trabalhada basicamente através de filmes, palestras e oficinas.

As parecerias com outras instituições - governamentais e não governamentais - foram imensamente relevantes para a realização das palestras e oficinas. Podemos citar, como importantes parceiros, a Associação Campinense de Prevenção às Drogas (ACPD); o Grupo de Pesquisa sobre Gênero do Departamento de Serviços Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), "Grupo Flor e Flor", além da colaboração de alguns profissionais da própria instituição, a exemplo de professores, assistentes sociais e psicólogos.

Resultados

A observação e a aplicação dos formulários nos forneceram subsídios para traçarmos o perfil dos alunos e para conduzirmos as atividades sócio-educativas.

A maior parte do alunado está entre 13 e 15 anos e é formada por meninas. Ao tentar sondar

os aspectos sócio-econômicos, verificamos que na maioria das casas moram quatro pessoas, sendo que em 46% das residências, apenas uma pessoa trabalha, evidenciando que os alunos do CAIC, assim como a maioria dos alunos da rede pública de ensino infantil, fundamental e médio, enfrentam grandes dificuldades econômicas.

Para conhecer o grau informacional dos alunos, e posteriormente, escolher a metodologia adequada, perguntamos se eles gostavam de ler e com que frequência liam. Do total de alunos questionados, 83% afirmaram gostar de ler, enquanto 17% disseram que não. No entanto, contraditoriamente, quando questionados sobre a frequência com que liam, a maior parte dos alunos respondeu que lê "quando pode".

O CAIC - segundo seu Projeto de Implantação - dispõe de onze sub-programas que devem proporcionar a atenção integral ao alunos. Sendo assim, questionamos se os alunos participavam desses subprogramas, mas 68% dos alunos afirmaram que não, enquanto apenas 32% disseram que sim. Essa resposta tornou mais estimulante a execução do projeto, já que a maior parte dos alunos não participa de nenhuma atividade extra-classe dentro da escola e que o Bairro das Malvinas não oferece muitas opções de lazer e cultura para os adolescentes.

Antes de iniciarmos as atividades sobre Violência, aplicamos um formulário no intuito de sondar a concepção dos alunos sobre o tema. A análise do formulário mostra que a maioria dos alunos associa o fenômeno da violência apenas à 'violência vermelha', representada pela agressão física, maus tratos, assaltos, assassinatos, estupro e sequestros, ou seja, pelos atos criminais. Deixando de lado aspectos da 'violência branca', ou seja, a violência escamoteada na desigualdade social, por meio da fome, falta de moradia, de trabalho, de educação, de saúde, de saneamento básico etc. Além do preconceito. Aranha(1997) apud Martiniano (2006)

Ao perguntarmos os principais motivos da violência, os mais citados foram: o uso de armas pelos cidadãos em geral; uso e tráfico de drogas; falta de policiamento e falta de escolas/educação. Segundo as respostas, a culpa da imensa violência vivenciada hoje na sociedade é dos policiais, dos bandidos e próprios cidadãos, não havendo, nenhuma referência ao Estado propriamente dito.

É perceptível, pois, que a concepção dos alunos acerca da violência ainda está muito atrelada ao aspecto físico, desconsiderando-a, muitas vezes, como um fenômeno multicausal que atinge todos os grupos sociais, instituições e faixas etárias, possuidora de diversas formas de expressões determinadas pela cultura, conceitos e valores utilizados por um determinado povo/grupo social.

Também por meio das atividades desenvolvidas, da observação empírica e do formulário, percebemos uma característica marcante no grupo, pois quase todos os relatos de violência, durante nossos encontros, remeteram-se a algum tipo de violência de gênero; o que nos conduziu a uma abordagem mais incisiva sobre a questão, discutindo – através do Grupo Flor e Flor – sobre os avanços e os desafios no enfrentamento da desigualdade e da violência de gênero no Brasil, quando enfatizamos a recente aprovação da Lei Maria da Penha.

Discussão

A política da Educação, assim como as demais políticas sociais, no Brasil, em especial no atual contexto neoliberal, vem enfrentando sérias dificuldades para sua consolidação como política pública e eficaz.

Entre os problemas mais graves desta política, merece menção a não-universalização do acesso à educação pública; a descontinuidade do ensino; a presença de organizações internacionais nas decisões mais importantes, acompanhada de desvios de verbas e má administração do dinheiro público.

Em dezembro de 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes de Base, nº. 9394 (LDB), que reforçou alguns elementos da Constituição Federal de 1988 e traçou novos rumos para a Educação brasileira.

A LDB amplia o conceito de educação ao afirmar que ela “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” VIEIRA (1999). Nesse sentido, nossa proposta de intervenção pretendeu contribuir na ampliação do conhecimento desses educandos, tendo em vista que o Estado não vem oferecendo uma educação no sentido mais “amplo” e sim a velha educação formal, centrada na sala de aula e nos programas didáticos.

Por outro lado, a LDB propõe medidas que afirmam e reforçam o ideário neoliberal, tais como: ações focalizadas, descentralização administrativa e a implementação de programas assistenciais paralelos às políticas públicas, fazendo com que o Estado perca seu papel de executor das políticas sociais. Embora esta lei tenha representado um avanço no arcabouço legal da educação no Brasil, ainda há muitos desafios a enfrentar, a exemplo da ampliação de recursos para a educação, do preparo da escola para receber alunos portadores de deficiência, da melhoria na qualidade de ensino, capacitação dos professores e respeito às diversidades culturais e locais. Destaca-se, também, a intervenção do Banco Mundial na condução das políticas de

educação, apontando os destinos dos gastos públicos nessa área, sem a necessária participação da população.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 205 que “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No entanto, o que vimos percebendo é a disseminação da Ideologia da solidariedade, na qual a sociedade civil e as empresas são vistas como “parceiras” do Estado na redução das desigualdades sociais. Muitas empresas privadas “adotam” escolas públicas e se responsabilizam por algumas despesas da escola. Porém, por trás desta suposta solidariedade, existe o interesse em reduzir e obter isenção de impostos concedidos pelo Estado.

Torna-se cada vez mais difícil consolidar a política de Educação como uma política eficaz, capaz de “formar e educar” os cidadãos brasileiros. A educação pública sofre um processo contínuo de sucateamento, enquanto a educação privada recebe vantajosos estímulos do Estado para se desenvolver.

Conclusão

Referindo-se à Educação na atualidade, Faceira (2000. p.83) afirma que “nesse contexto, a educação deixa de ser um instrumento de informação, de construção do conhecimento e de formação de uma visão crítica da sociedade, para se constituir em um mecanismo de reprodução do ideário neoliberal e do próprio sistema capitalista...”.

Assim, a educação vem, paulatinamente, perdendo seu caráter de direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes de Bases (LDB), e transformando-se em mercadoria e em instrumento das ideologias capitalista e neoliberal.

No decorrer do trabalho, buscamos - juntamente com Professora/Orientadora do Estágio, a Assistente Social/Supervisora de campo e os colegas de estágio supervisionado em Serviço Social - conduzir as atividades sócio-educativas numa perspectiva crítica e emancipatória, trazendo informações sobre as temáticas abordadas, de forma dinâmica e didática, utilizando técnicas apropriadas para adolescentes, já que é de extrema importância conhecer o grupo no tocante à sua cultura, seus valores, suas histórias e referências, para que suas necessidades sejam compreendidas e a comunicação se estabeleça de forma clara e objetiva (BALEEIRO e SERRÃO, 1999).

Os autores acima citados entendem que o trabalho com adolescentes deve-se fundamentar

na compreensão de que a adolescência é uma fase de reorganização pessoal e social composta muitas vezes por contestações, rebeldias, rupturas, inquietações e transgressões. Sendo necessário, portanto, desenvolver atividades apropriadas e adequadas para este público alvo.

A análise dos Relatórios de Atividades nos permitem afirmar que conseguimos, dentro de nossas limitações, ampliar o universo informacional desses alunos acerca das temáticas propostas. Aos poucos percebemos, através de seus relatos e intervenções, a evolução do grupo quanto às informações necessárias para a formação de um educando e a assunção de uma postura mais crítica.

Nesta perspectiva – a despeito das investidas neoliberais e levando em conta a compreensão dialética da realidade no seu caráter de contradição – ainda vislumbramos e propomos a escola como espaço propício à construção de novos projetos, inclusive contra hegemônicos.

Referências

- ALMEIDA, Nei Luiz Teixeira de. As políticas sociais setoriais e por segmento: educação. In: Capacitação em serviço Social e Política social, modulo 3. Brasília: CFESS-ABEPSS/ CEAD/NED-UNB, 2000.

- BALEEIRO, M.C. SERRÃO, M. Aprendendo a Ser e a Conviver .2.ed. São Paulo:FTD,1999.

- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2002.

-FACEIRA, Lobélia da Silva. A Política Educacional no contexto neoliberal. Sindicato/ANDES Nacional, Brasília, nº. 22, nov. de 2000.

- FERNANDES, Ângela Viana Machado. A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996: entre o texto e o contexto In Cadernos de Serviço Social/ PUC-Campinas / NUPOSS. Campinas

- MEDEIROS, Mércia Carréa de. Unidos Contra a Violência *in* Marcadas a Ferro (violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar). Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. Governo Federal, Brasília, 2004.

- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** 4ª ed., São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1996.

- VIEIRA, Sofia Lerche. Organização e estrutura do Sistema Educacional Brasileiro: perspectivas da nova LDB. Brasília: MEC ; INEP, 1999.